SÚMULA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2021 DA CPUA-CAU/PR

Data	26 de março de 2021	**Horário**	das 09h às 11h45min
Local	Virtual, plataforma *Google Meet*		

Participantes	Ormy Leocádio Hutner Junior	Coordenador
	Constança Lacerda Camargo	Coordenadora-adjunta
	Maugham Zaze	Membro Titular
Assessoria	Maria Benedita Honda	Assistente da CPUA-CAU/PR
Convidados	Larissa de Souza Gomes Moneda	Advogada-CAU/PR
	Lorreine Santos Vaccari	Membro Suplente-CPUA/PR
	Paula de Castro Tavares	Assessora Parlamentar-CAU/PR
	Walter Gustavo Linzmeyer	Coordenador da COA/PR

Ausência(s) justificada(s)		
Conselheiro(a)	Rafaela Weigert	Membro Titular
Justificativa	Ausência justificada	

Ausência(s) não justificada(s)		
Conselheiro(a)	Antonio Claret Pereira de Miranda	Membro Suplente
Justificativa	Ausência não justificada	

Leitura e aprovação da Súmula da reunião anterior	
Encaminhamento	Não houve.

Comunicações	
Responsável	Não houve.
Comunicado	Não houve.

ORDEM DO DIA

1	**Projeto Prioritário e Coordenador:** **ATHIS - Constança Lacerda Camargo**
Fonte	CPUA-CAU/PR
Relator	Conselheira Constança Lacerda Camargo
Encaminhamento	O coordenador da Comissão ORMY fez a abertura dos trabalhos, destacou e agradeceu a presença dos participantes e convidados, e a seguir passou ao tema de pauta. **ATHIS:** A conselheira CONSTANÇA, coordenadora do tema, avalia que o assunto é bastante abrangente e conforme os estudos que têm empreendido observa que há diversas linhas de atuação com muitos bons exemplos bem-sucedidos que poderiam ser desenvolvidos, e desta forma sugere adotar uma atuação com dois desmembramentos, a dos **Editais** e outras fundamentadas na **Informação e Articulação**. **a) Editais:** Trabalho voltado ao estudo do conteúdo englobando os termos e condições dos editais objetivando a criação de condições de acessibilidade, possibilidade de serem regionalizados, ou mesmo voltado aos escritórios modelos. **b) Informação e Articulação:** A exemplo do manual do CAU/SC, a elaboração de materiais informativos de referência a serem utilizados como textos base de orientação. Promoção de ações articuladas de forma capilarizada com o estabelecimento de um conjunto de Acordos de Cooperação Técnica com municípios, também com à Defensoria Pública; Eventos de comunicação para troca de experiências com outros CAU/UFs; Convênios com as IES para capacitação de profissionais; Utilização da comunicação institucional; Cadastramento de profissionais que tenham interesse em trabalhar com

1	**Projeto Prioritário e Coordenador:** **ATHIS - Constança Lacerda Camargo**
	ATHIS. O conselheiro GUSTAVO observou ser inevitável quando se fala de ATHIS, o surgimento de muitas boas ideias e sugestões, mas que normalmente nos obrigamos a selecionar aquelas que consideramos mais adequadas levando em consideração nossos braços e pernas para realizá-las. Comenta que os editais regionais não têm estudos feitos ainda mas é uma ótima ideia a ser estudada uma vez que os editais seriam mais focados, direcionados. Também considera muito boa a sugestão da possibilidade de Acordo de Cooperação Técnica com a Defensoria Pública do Paraná porque as ações não funcionam se não há conhecimento da situação, das necessidades. Através de apresentação rápida de *slides* de temas correlatos já desenvolvidos junto ao CAU/PR em outras oportunidades, no caso exemplo com a COHAB que tinha uma fila de pessoas cadastradas, e neste sentido destaca a importância de identificação das demandas pelo órgão. Considerando também a limitação de pessoal da equipe do CAU/PR para desenvolver diretamente as atividades, destaca a importância de ações serem realizadas pelos próprios atores envolvidos e o CAU/PR permanecer na tutelaria, articulando e viabilizando os diálogos e as atuações. Sugere também, fazer um piloto para aprender com os acertos e erros para não diluir esforços. Sobre minutas de lei e cooperação técnica considera que arranjos diversos podem ser feitos e devem ser estudadas as contrapartidas dos municípios. Citado o exemplo no Rio de janeiro que envolveu a comunidade e contava com mais de 500 voluntários disponíveis, e que tal iniciativa poderia também ser replicada pensando em trabalhos junto às Instituições de Ensino Superior (IES) e a Comissão de Ensino e Formação (CEF-CAU/PR) para se identificar e cadastrar pessoas que queiram trabalhar com ATHIS. A advogada LARISSA observa que o foco em acordos de cooperação técnica com a Defensoria e municípios e editais são ótimas opções de se trabalhar o tema, e sugere como uma opção de se suprir a questão da equipe reduzida disponível para o desenvolvimento de atividades, a possibilidade de capacitação de interessados através da criação de vídeos curtos permanentemente disponibilizados no site do CAU/PR. O conselheiro GUSTAVO complementa que a experiência da *Live* (*Live* CPUA-CAU/PR sobre a Resolução CGSIM nº 64/2020) realizada recentemente como forma de atingir a sociedade foi muito boa. A conselheira LORREINE lembra que o CAU tem 2% do orçamento para ser investido em ATHIS e que os editais são instrumentos fundamentais de viabilização no processo. Neste sentido, cita experiências como as de Minas Gerais que aliou a expertise de vários agentes e profissionais técnicos, e do SINDARQ/PR que desenvolveu atividades em Quatro Barras (PR), e que essas experiências nos dão indicativos de como desenvolver alguns trabalhos. Cita a importância das associações de municípios e outras entidades bastante atuantes no interior do Estado que desenvolvem trabalhos para um conjunto de municípios ou comunidades, e que seria muito bom termos esse contato para potencializar as ações do Conselho no interior. Sobre formação da cultura de participação, destaca a importância da valorização desde a fase enquanto estudantes com projetos e atividades no âmbito do ATHIS. A assessora parlamentar PAULA comenta que trabalhos que envolvem as comunidades seriam muito importantes, pois o envolvimento desenvolve o sentimento de pertencimento e isso tem impacto na vida daquela comunidade. A título de exemplo cita as hortas comunitárias e o projeto Comunidade Escola da prefeitura de Curitiba e que esse trabalho auxilia na diminuição de roubos, entre outros aspectos, naquela localidade. Menciona que a autogestão em moradia envolvendo a comunidade junto com os profissionais e tutelaria do Conselho pode dar mais longevidade aos resultados das ações. Sobre trabalhos técnicos e comunidades, a conselheira LORREINE lembrou que em ocasião anterior o CAU já trouxe para conversar o grupo ARQUITETURA NA PERIFERIA, também destacou arquiteta MARIANA ESTEVES, com vasta experiência em ATHIS.

1	**Projeto Prioritário e Coordenador:** **ATHIS - Constança Lacerda Camargo**
	O conselheiro ORMY sugere a adoção de eventos como as *Lives* para a promoção de debates para com a sociedade com relação ao ATHIS. Lembra que a FNA no UIA 2021 dentro do tema ATHIS vai ficar com esta parte, e que é preciso nos apropriarmos mais do tema. Sugere desenvolver o tema junto às IES, no sentido de oferecer uma dinâmica pedagógica para que se possa incluir essa pauta junto aos estudantes, como por exemplo, através dos concursos de ideias que abordem o tema. Sobre editais, a utilização direcionada, com objetivo estratégico estabelecido avalia que pode realmente serem mais efetivos. E sobre termos de cooperação técnicas considera a possibilidade de haver diversas oportunidades. O conselheiro MAUGHAM observa que de modo geral há pouco entendimento sobre as formas de aplicação da Lei 11.888/2008 e que o Conselho poderia desenvolver trabalhos de esclarecimentos abordando até onde se poderia ir na emissão de Registros de Responsabilidade Técnicas (RRTs) para atuação no âmbito de regularização de obras. Destaca também a necessidade de rever a questão da forma de atuação dos escritórios modelos uma vez que há determinados casos em que há questionamentos sobre as atividades desenvolvidas na condição de estudantes supervisionados. A conselheira CONSTANÇA pontua a presente discussão como muito enriquecedora, e ressalta sobre a questão humana envolvida nos assuntos de ATHIS, e que as ações são pontuais dentro de uma infinidade de outros exemplos de atuação e que não caberia neste caso o estabelecimento de uma fórmula que seja determinante. Lembra que outros CAU/UFs tem debates mais amadurecidos sobre determinados assuntos, a exemplo a regularização fundiária e a emissão do RRT em área irregular que salvaguarde a responsabilidade técnica do profissional. Considera que nem todas as IES tem escritórios modelos, mas o envolvimento dos alunos no tema tem um campo bastante amplo e cheio de possibilidades. O conselheiro MAUGHAM relembra que muitos escritórios modelos se disponibilizam para qualquer tipo de projeto e muitas vezes surgem questionamentos se há professores e orientação ou supervisão adequados, e isso é uma questão que precisa ser revista e, se for o caso, corrigida. O conselheiro GUSTAVO demonstrou concordância com o conselheiro Maugham e expôs que já elaborou plano de habitação para regularização fundiária, habitação e PLHIS e realmente quando se fala na Lei 11.888/2008, relacionamos com a questão da construção. Pontua que no evento da UIA2021RIO um dos grandes eixos temáticos foi o de *Desigualdades e Fragilidades* com abordagens sobre o papel da arquitetura nas áreas de periferia, arquitetura da inclusão e outras abordagens sobre questões de assentamentos. No entanto, a preocupação do conselheiro é que tudo acabe em letra vazia porque quando se analisa melhor verifica-se que muitos municípios fizeram muito pouco. Concorda em ter uma estrutura no CAU/PR para tratar de assuntos de ATHIS e para isso como membro da COA-PR se coloca a favor de modificações no Regimento Interno e Organograma Funcional para tal. Sobre os *escritórios modelos*, ressalta que há também as *empresas júniores* lembrando que a atuação tem garantia por lei federal, e que também podem ter a participação de profissionais recém-formados, mas que é assunto que volta com frequência à discussão com questionamentos de vários tipos. Sobre os Acordos de Cooperação Técnicas, lembra de o CAU/PR ter acordo com a AMCESPAR (Associação dos Municípios Centro do Sul do Paraná) e tais acordos podem ser aproveitados para iniciar ações no sentido de se desenvolver ATHIS. E no sentido de trazer à memória algumas ações já realizadas pelo Conselho que poderiam auxiliar agora, destacou com demonstrações de *slides* de materiais daquele período, a atuação do CAU/PR com relação às discussões por ocasião da elaboração do plano diretor de Curitiba, fruto de outro ACT com a Câmara Municipal de Vereadores, onde foram realizadas inúmeras reuniões de discussão e desenvolvimento de materiais no sentido de colaborar com o processo junto à Câmara de Curitiba. Complementou também que deste trabalho uma série de propostas não chegaram a ser implementadas por questões políticas,

1	**Projeto Prioritário e Coordenador:** **ATHIS - Constança Lacerda Camargo**
	porém foram contribuições importantes desenvolvidas pelo Conselho. Explanou sobre as Câmaras Técnicas onde as temáticas que operaram até a gestão anterior e que funcionavam como extensões do Conselho com atuações e representações no interior do Estado e de onde advinham demandas importantes. Demonstrado em *slides* de relatório com dados do SICCAU, dados e localização de entidades de classes mistas, as 19 associações de municípios, distribuição por regiões e municípios. Complementou que todo este material pode ser utilizado caso haja necessidade, se colocando a disposição para contribuir, se assim acharem necessário e importante. O conselheiro MAUGHAM, comenta que muitas vezes as questões políticas que envolvem um trabalho se sobrepõem a resolução técnica proposta pelos profissionais. Comenta também sobre o fato da Lei 11888/2008 ser bastante suscinta e não trazer maiores especificações de como fazer as implementações que a lei propõe. Por fim o coordenador ORMY agradeceu as contribuições de todos e encaminhou para a discussão do próximo tema da pauta.

2	**Projeto Prioritário e Coordenador:** **Acompanhamento Legislativo – Maugham Zaze**
Fonte	CPUA-CAU/PR
Relator	Conselheiro Maugham Zaze
Encaminhamento	**ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO:** O conselheiro MAUGHAM, coordenador do projeto, considera que para fazer o acompanhamento legislativo de 399 municípios mais as casas legislativas seria um processo bastante trabalhoso nos movimentarmos até eles em função da quantidade, e desta forma, propõe que se faça uma inversão, trazer os municípios para o Conselho através dos acordos de cooperação técnica. Considera que as demandas não ocorrem todas de uma vez, acontecem de forma esparsa. A proposta é que a cada demanda de um município sobre determinada legislação a ser elaborada, o CAU/PR faria as contribuições caso a caso, e desta forma iria ocupando os espaços do qual considera que temos nos ausentado. Considera também que quando no processo de ir atrás de legislações em andamento, às vezes tomamos ciência tardiamente quando o processo já está muito avançado, e que com este processo proposto poderíamos ter ciência logo no início, permitindo ações mais efetivas. A advogada LARISSA considera a proposta interessante e mencionou o fato de nesse processo podemos contar com a assessora parlamentar PAULA no contato com as associações de municípios e que esse é um instrumento que está a nosso favor e que devemos utilizar, no caso a cooperação técnica. Também sugeriu a possibilidade de unir esforços da assessoria parlamentar do CAU/PR com a assessoria parlamentar do CAU/BR, se necessário. O conselheiro GUSTAVO cita que o CAU/PR tem acordo de cooperação técnica de cunho genérico com a ASSOCIAÇÃO DE VEREADORES DO PARANÁ, e considera bastante importante a sugestão da adv. LARISSA sobre uma possível aproximação com a assessoria parlamentar do CAU/BR no sentido da troca de experiências, como tratar, o que fazer, e termos a melhor forma de conduzir determinadas demandas. Considera também que é bom inovar, que não precisamos fazer igual ao que já foi feito, mas que anteriormente as Câmaras Técnicas do CAU/PR tinham este propósito também. Ilustrando com *slides* da época, apresentou o organograma do CAU/PR do período, e explicou que havia o entendimento de que o CAU/PR tinha 42 funcionários, mais 8 estagiários, num total de 50 colaboradores, e mais trinta e tantos conselheiros, e que havia 399 municípios, 399 prefeituras, 399 câmaras de vereadores que são entes diferentes e suas associações. Através de *slide* com ilustração de desenho em formato de pirâmide, explicou que a ideia das câmaras técnicas sempre foi descentralizar ou fazer com que as demandas viessem da base e chegassem ao topo dessa pirâmide, sendo o topo representado pelos conselheiros e os 50 funcionários do Conselho. As Câmaras Técnicas tinham 89 a 112 representantes de arquitetura que eram daquelas 32 associações ou de outras que foram eleitos e traziam

2	**Projeto Prioritário e Coordenador:** **Acompanhamento Legislativo – Maugham Zaze**
	demandas para dentro do Conselho. Os arquitetos e urbanistas que eram os Agentes da Arquitetura e Urbanismo Públicos, que aí tem a ver com a CPUA, e que eram os gestores, o arquiteto contratado, é o IPPUL, é o IPPUC ou qualquer outro que estivesse ali dentro de um órgão, inclusive órgãos estaduais e federais, e os 32 coordenadores de cursos de Arquitetura e Urbanismo. Então esta base de arquitetos era a ponte da pirâmide e conversavam entre nós, o CAU e a sociedade. Também tinha o CEAU (Colégio de Entidades de Arquitetura e Urbanismo do Paraná), porque as entidades iam trazendo as demandas para nós (CAU/PR), e 399 municípios, 399 observadores que eram os observatórios das metrópoles, cidades, conselhos municipais de planos diretores ou setoriais, que ocorriam em as representações, não era cargos, eram arquitetos e urbanistas indicados ou pela ASBEA, ou pelo CAU, ou pelo IAB, ou pelo Sindicado ou outros. A intenção era ter o apoio dentro do CAU neste tripé que era *Ensino, Exercício e Ética* que aí tinham algumas atividades programadas que aconteciam através de vários eventos. Havia as Câmaras Técnicas atuando com várias linhas, mas para recepcionar, era uma estrutura para dividir braços e pessoas. E avaliou com uma opinião crítica pessoal, de que em bom no período faltou coordenador para gerenciar o processo como um todo, apesar dele mesmo estar lá, havia outras funções que desempenhava também e o impediam de acompanhar e coordenador todo o processo com maior detalhe e tempo. E aí tinham vários temas prioritários, por gestões, tais como Patrimônio Histórico-Cultural, leis de tombamento, assistência técnica, ATHIS, eram coisas que podiam gerar leis, e geraram como por exemplo a autovistoria, na temática de Execução e Gestão. Observou que se discute até hoje em Curitiba a autovistoria, que há um grupo de trabalho junto com o SENGE, IEP, IAB, ABENC, entre outros entes, e ele mesmo continua fazendo parte e discutindo, mas a minuta que levou para Pato Branco e Maringá já virou lei. E complementou que também foram respondidas outras demandas como a de Londrina, onde houve procura porque havia um Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Câmara de Londrina para discussão de uma mudança na lei de parcelamento do solo, e então isso tudo foi relatado para ilustrar e mostrar que é possível. O conselheiro MAUGHAM comenta que as informações que o conselheiro GUSTAVO trouxe, segundo sua percepção, vem de encontro à proposição inicial, do entendimento de que dos 399 municípios a maior parte talvez não nos retorne da forma que esperamos. E se pudermos levar minutas de textos de lei para auxiliá-los a probabilidade de aceitação é enorme, e assim passaríamos a ocupar um espaço importante que já devíamos estar ocupando já há muito tempo. Se o conselheiro GUSTAVO já levou os textos para determinado município e já foram implantadas, na medida em que formos ocupando esses espaços, a probabilidade de isso se replicar é maior na medida em que o Conselho se torna referência para outros interessados. Se houver um texto base para cada tipo de acordo de cooperação técnica direcionada para cada tema na questão legislativa, a exemplo do ATHIS sob coordenação da conselheira CONSTANÇA, podemos alcançar muitos bons resultados, e para isso só precisamos vencer a inércia atual. O conselheiro GUSTAVO complementa a informação de que, no período havia inclusive um *hotsite* das Câmaras Técnicas onde ficavam disponíveis cópia dos Acordos de Cooperação e os Projetos de Leis, memórias e demais documentos para que os interessados tivessem acesso. O conselheiro ORMY comenta que quando pensa nas ações da CPUA-CAU/PR não consegue se desvincular da ideia de uma parceria que espera que possa ocorrer o quanto antes. Sobre o retorno das CÂMARAS TÉCNICAS e até do OBSERVATÓRIO PARANÁ URBANO, avalia que estamos vendo uma quantidade grande tanto de demandas quanto de possibilidades e é preciso estarmos conscientes de que só os membros da Comissão não vão conseguir vencer toda esta demanda. Que a partir do momento que comece a vir, chegar, contatos de prefeituras de associações para os membros darem um retorno, isso se avolumando pode haver muita dificuldade. O GUSTAVO, na época, como funcionário do CAU já podendo se dedicar só a isso tinha dificuldades, e então considero que cabe dentro

2	**Projeto Prioritário e Coordenador:** **Acompanhamento Legislativo – Maugham Zaze**
	desta proposta desenvolver o projeto, pensar em formas de abrir para outros profissionais outros colaboradores para que se possa trazer esse corpo de pessoas para contribuir com o andamento e coordenação do projeto e aí se o coordenador do projeto achar que tem que criar uma comissão temporária, um grupo de estudos para que isso possa envolver e dividir um pouco a demanda de trabalho acho bem-vindo, e temos que considerar essa possibilidade sim, até que as Câmaras Técnicas possam estar funcionando novamente e essas responsabilidades possam ser distribuídas e ficar mais leve para todo mundo. Por exemplo, o acompanhamento legislativo é algo bastante pesado, a LARISSA comentou sobre a conversa que tivemos com a assessora parlamentar do CAU/BR, e em boa parte de nossa conversa ela comentou que é um trabalho que ela muitas vezes não dá conta de acompanhar, e até mesmo o aspecto da necessidade de valorizar mais este trabalho e aí acho que a PAULA pode contribuir muito e até gostaria de ouvir a opinião da PAULA, como ela enxerga essa possibilidade de nós estarmos fazendo este acompanhamento das demandas legislativas principalmente do Governo do Estado que pode influenciar todos os municípios de uma maneira geral. Considero que aqui dificilmente vamos conseguir atender questões pontuais dos municípios a não ser que venha como denúncia, como convite, eventualmente de algum município, mas hoje poderíamos como proposta fazer um levantamento de ações parlamentares a nível estadual. Essa articulação com a LUCIANA, assessora parlamentar do CAU/BR e a equipe dela, é muito importante porque são demandas ali já em andamento. O portal de manifestações por mais que esteja temporariamente desativado ainda se consegue acompanhar as principais questões. No portal, em questões de políticas públicas e ambientais que é a nossa comissão, estarão lá uns 60 projetos de lei que tem uma aderência direta com a nossa Comissão. Fora as demais que a gente poderia pensar que é CEP, COA, CEF mas se fizermos um recorte de políticas públicas e ambientais já teríamos material para trabalhar, e poderíamos ver como é que isso acontece a nível estadual, como se poderia ter acesso a esses projetos de lei aqui e eventualmente identificando projetos de interesse da nossa atuação profissional e em defesa da própria sociedade, de tentar agendar, montar algum grupo, entrar em contato com o deputado proponente, entender quais são suas ambições, contra argumentar e contribuir. Então, considero que de fato dentro desse projeto temos que começar, ainda mais pelo nosso porte pequeno, talvez fazer um levantamento, acho que a PAULA vai poder ajudar muito e começar a pensar em algumas ações. Os termos de cooperação técnica acho que eles vão acontecer na maioria dos nossos projetos, afinal a nossa Comissão é de políticas públicas urbanas e ambientais, então vamos ter que nos esforçar para estar em contato com gestores, com os políticos que muitas vezes tem uma questão econômica muito maior que a técnica e temos esta dificuldade e temos esse dever de tentar persuadi-los para pelo menos atenuar o estrago em alguns projetos de lei. Será nossa tarefa, e considero que a PAULA pode contribuir muito com esse projeto, dentro da pauta dela, da função, dentro do Conselho, assim como a LARISSA também que trabalha muito com essa questão jurídica envolvendo as questões do CAU junto aos municípios e Estado. Então PAULA gostaria de ouvir sobre o seu trabalho no CAU e se você consegue ver uma proximidade da nossa Comissão com esse projeto de Acompanhamento Legislativo. A assessora parlamentar PAULA avalia que nesta parte legislativa não há muitas dificuldades, posso fazer um levantamento em todas as Câmaras Municipais, demanda um pouco de tempo para fazer isso, mas vamos saber quais são os projetos legislativos que dizem respeito a atuação do arquiteto e urbanista ou assuntos que o Conselho tenha interesse e acompanhar, isso é acompanhar o trâmite do projeto, fazer contato com as comissões. São 399 municípios e acredito que menos de dez por cento tenham projetos legislativos ou pautas que modifiquem ou que interajam com a atuação do profissional ou qualquer coisa desse tipo. Começa a complicar quando passamos para o Executivo, porque aí não são projetos de lei, cada município está num estágio diferente de aprovação, de renovação do plano diretor, isso sim seria muito complexo tentar acompanhar se não fizéssemos realmente um termo de cooperação técnica com a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS e

2	**Projeto Prioritário e Coordenador:** **Acompanhamento Legislativo – Maugham Zaze**
	um trabalho árduo nesse sentido, de levantar todos os municípios em que estágio estão, se esse for o interesse da Comissão. Outra coisa é que os municípios tem diversas secretarias e cada secretaria tem um projeto, por exemplo, a COHAPAR tem vários projetos de moradias, existem financiamento do BID distribuídas em várias secretarias que tratam de projetos de moradias que tratam de projeto de infraestrutura, passa por diversas secretarias, assim o Planejamento tem um banco de projetos para projetos de estrutura, a SEIL tem uma série de coisas em andamento, a COHAPAR, até a SEJUF que é a Secretaria de Família e Trabalho tem projetos de Caixa d'Água, de parte de moradia, regularização fundiária, então assim o complexo é conseguir mapear todas as ações, na minha opinião impossível. No Legislativo é mais fácil esse trabalho porque há um processo que facilita. Agora, nem pegando o orçamento dos Estados e municípios se consegue detectar porque ele não é tão detalhado e seria também um trabalho de anos fazer isso nos 399 municípios. Então na minha opinião temos que elencar quais são as nossas prioridades, nós vamos atuar junto ao legislativo para não perder de vista nenhum projeto que possa virar lei que seja prejudicial à arquitetura e urbanismo, aos profissionais, sim, isso é possível. Na área do Executivo o que é que nós vamos priorizar, seriam planos diretores, moradia popular, precisamos elencar prioridades. Tomar conta de tudo será humanamente impossível fazer isso. Na minha opinião temos que listar tópicos e daí sim trabalhar junto aos municípios nesses assuntos considerados pertinentes. O conselheiro MAUGHAM, observa que os temas que estão neste guarda-chuva do Executivo, que esteja na COHAB, COHAPAR, Secretarias diversas, fogem ao escopo de assuntos de interesse da Comissão. Seria atender no campo do Legislativo todas as dúvidas que houver e do Executivo, a questão dos decretos emitidos pelo Executivo que afetem a profissão. A LARISSA fez a impugnação de um edital há pouco tempo que não necessitaria acontecer a impugnação se dentro do acordo de cooperação técnica o município viesse pedir a assessoria do Conselho para saber como poderia atuar. Então se tivermos todo esse material pronto para instruir o município fica muito mais fácil. Essas questões que já estão em andamento tipo da Caixa d'Água, das moradias e outros, dentro da COHAB, isso já está dentro de um escopo que já está atendido, e no meu entendimento não seria algo que devêssemos nos preocupar. A assessora parlamentar PAULA concorda e explicita que isso facilita bastante. Como disse, considera melhor elencar as prioridades, se processo legislativo de editais, se vamos nos envolver nas discussões de planos diretores e aí temos um caminho, um norte. Como você disse, preparamos um material dizendo o que o CAU faz especificamente, em que tópicos podemos auxiliar o município, isso seria perfeito. Podemos entrar em contato com todos, e eles vão saber que o Conselho existe, o que é o CAU e que temos tais funções e em que podemos ajudar. O conselheiro MAUGHAM observa que é sabido que muitos não consultam o CAU, porém dentro do conceito de cooperação técnica isso pode ser revertido oportunizando que passem a procurar o Conselho, e desta forma passemos a ocupar um espaço que deveríamos estar e ainda não estamos. A assessora parlamentar PAULA complementa que, desde que saibam da função do CAU. Considera que muitos municípios não procuram o CAU em algumas questões porque não sabem. Então que o primeiro passo é discutir quais são os tópicos, fazer um material bem simples explicativo e através da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, de uma cooperação técnica, ou enviando diretamente, informá-los da função do Conselho e que estamos ali para colaborar com o município. O conselheiro GUSTAVO comenta que já esteve nas duas pontas, como coordenador nas Câmaras Técnicas e do Observatório Paraná Urbano e tínhamos essa intenção de orientar, de chamar, de estar à disposição, firmar acordos. Aqueles que eram mais sensíveis vinham e faziam acordo com o CAU, mas que também estava na outra ponta onde as ações são de

2	**Projeto Prioritário e Coordenador:** **Acompanhamento Legislativo – Maugham Zaze**
	fiscalização, são mais hostis. Então, muitos casos que inclusive foram judicializados, eram ou por conflito de interesses de atribuição com o CREA ou coisa do tipo, ou pior, particulares locais que queriam dar "jeitinho" em processo de licitação e faziam do jeito que queriam, e pouco se importando com o CAU, sem fazer uma consulta a quem é de direito e saiam muitos pareceres jurídico de procurador de município que não tem competência legal para isso, e que não fez uma consulta ao CAU ou CREA e o processo todo foi judicializado. Então assim, parecer licitatório é uma coisa que vai defender dentro do CAU, o tempo todo como conselheiro, é que para participar de processo licitatório também tem que ter RRT, tem que ter o responsável técnico que conheça o que é, e o que não é, em cada uma das coisas e áreas técnicas, assim como parecer jurídico para subsidiar, porque presidente de comissão de licitação é contador, é advogado, é administrador, é o procurador do município que considera que porque é procurador e entende de legislação e faz parecer, temos que aceitar, e isso promove diversos equívocos e depois vira um processo de judicialização, onde pode haver perdas, porque os juízes não entendem, são leigos em arquitetura e urbanismo, e aí tem a questão do passivo lá atrás, porque antes isso era atribuição do CREA, e agora estão querendo dizer que é diferente, e não é bem assim, que os engenheiros podem fazer uma série de coisas, porque tem formação, e aí tem uma série de outras coisas que estão ali embutidas, lá para trás, e não estão esclarecidas, e juiz de primeira instância começa a pegar e deferir, deferir, deferir, perde-se prazos e vira uma bola de neve, maior e maior, e aí a gente perde mesmo. A assessora parlamentar PAULA pontua sobre a necessidade de se separar o que seria o trabalho da CPUA de Acompanhamento Legislativo e o trabalho de fiscalização, temos o mocinho bom e o mocinho mal, onde o mocinho bom é aquele que vai orientar todos os municípios, se querem fazer certinho, a CPUA, está aqui para ajudá-los. Vocês não querem, então é fiscalização, é impugnar edital é criar confusão. Considero que temos que separar muito bem essas duas linhas de atuação. A advogada LARISSA complementa que sobre o trabalho do jurídico e da fiscalização do CAU, só para dar um posicionamento de como tem sido isso. E realmente uma coisa é fazer o acompanhamento legislativo e outra coisa é lutar para que a lei seja aplicada e ter também uma função educativa perante os municípios do que é o Conselho. Esse é um trabalho que o jurídico vem desenvolvendo com a fiscalização já há algum tempo, mas eu mais intensamente junto com a fiscalização a um ano, um ano e meio. Temos feito planejamento de tentar impugnar, foi elaborado uma minuta, uma minuta com termos jurídicos para a fiscalização utilizar em relação a editais de licitação com atribuições, e tudo tentamos fazer em conjunto em praticamente todos os editais que se tem ciência. São muitos municípios, são muitos editais e foi feita a judicialização de vários casos, então já temos por exemplo, umas seis Ações Civis Públicas ajuizadas sobre licitações e noventa por cento delas tivemos êxito e aqueles que não tivemos é porque nem o juiz consegue entender por que ele é leigo, o que é um trabalho técnico, o que é que é a lei. Foi falado naquela reunião com o ORMY e com a LUCIANA, do CAU/BR, o que é a lei que trata das atribuições dos arquitetos e onde está, sobre a importância inclusive de nós, como operadores do CAU, unificar a nossa fala sobre as atribuições, onde elas estão na legislação para que isso não confunda o poder judiciário e nem os municípios. Nós temos por exemplo, de importância, aquela ação que foi ganha no STJ, e a maneira que foi levada faz a diferença, não simplesmente a tese em si, mas a maneira que se coloca no que se refere a Resolução n.º 1.010/2005 do CONFEA e a Resolução nº 51/2013 do CAU/BR, porque se você leva isso para o Judiciário, o juiz já entendeu que não adianta nós querermos atribuição privativa numa resolução unilateral, uma resolução que é só do CAU, então toda a forma que você leva isso, seja para os municípios, seja para o poder judiciário, faz toda a diferença por isso é que nós criamos modelos no Conselho e a fiscalização faz as notificações com base numa tese num modo de fala específico. Isso tem surtido um resultado muito interessante e de caráter educativo. Eu estava vendo uma Ação Civil Pública que ajuizei contra o município de LOANDA e o município de CERRO AZUL e os próprios municípios após a ação do CAU, anularam e entenderam, reconheceram que realmente eles erraram, e fico pensando como que a gente pode fazer isso de uma maneira que não precise

2	**Projeto Prioritário e Coordenador:** **Acompanhamento Legislativo – Maugham Zaze**
	sobrecarregar o Poder Judiciário ajuizando uma outra ação, uma nova ação e aí está, participação conjunta tanto desse acompanhamento legislativo, e de uma assessoria junto aos municípios. De repente a fiscalização pode fazer um ofício ou algo genérico para disparar para todos os municípios orientando onde estão as atribuições dos arquitetos e urbanistas, porque precisamos de um arquiteto, o que é um serviço técnico, porque é que não pode ser por pregão a contratação de um serviço de arquitetura, e também fazer reuniões, dar um tratamento mais individualizado para polos de municípios para regiões mesmo, contando com o apoio dos os conselheiros do interior, fazendo um planejamento, considero que tem que ser feito um plano estratégico, uma gestão aí de atuação de caráter educativo do que é o Conselho, porque é que eu preciso de um arquiteto e porque é que é um serviço técnico, porque não pode ser contratado mediante pregão por exemplo e tudo isso vai se refletir na valorização da profissão da arquitetura e urbanismo. Eu não posso contratar um serviço de restauração de patrimônio histórico com serviço de projeto arquitetônico pelo menor preço porque não estou contratando um serviço comum, estou contratando um serviço técnico. Para levar isso para o juiz é muito mais difícil do que, de repente, convencer previamente os gestores dos municípios acerca desta situação. O juiz como falei, ele é leigo, tive que explicar para um juiz do interior do Paraná o porquê, porque ele não estava entendendo, liguei para a MARIANA da fiscalização, já tarde da noite e pedi por favor, me faça um parecer técnico porque eu não tenho, não é meu lugar de fala, não posso falar para o juiz que o serviço de projeto de arquitetônico e de restauração de patrimônio histórico é um serviço técnico e não pode fazer pelo menor preço. Ele falou, *"mas restaurar é só voltar ao que era antes"*, de um teatro municipal, um patrimônio tombado e é um trabalho muito difícil depois apagar o incêndio. Precisamos fazer uma atuação preventiva, então penso que podemos nos focar também a traçar este planejamento, atuação preventiva disparando informes do que é o Conselho, a legislação que a gente tem que utilizar para defender as atribuições e a necessidade de se fazer contratações de serviços de arquitetura por modalidades de licitação que não privilegie o menor preço por não se tratar de um serviço comum. A assessora parlamentar PAULA complementa que precisa ser numa linguagem muito simples e direta. Se houve dificuldades com o juiz que é uma pessoa que tem escolaridade e bem avançada, imagina com as pessoas que fazem editais nos municípios pequenos no Estado do Paraná. Então por isso estou dizendo que precisa ser uma cartilha bem didática, bem fácil de entender para evitarmos esse tipo de judicialização, acho que você tem toda razão. A advogada LARISSA complementa que esse modelo que foi feito junto com a fiscalização das impugnações de edital ele está simplificado na medida que é possível estar simplificado, mas acredito que seria melhor realmente utilizar uma maneira mais lúdica sim e didática de explicar isso em cartilha. O conselheiro MAUGHAM pergunta para a advogada LARISSA, se esse tipo de situação não poderia gerar algum tipo de acórdão para que se ocorrer alguma situação semelhante o judiciário já busque isso, que em função disso já esteja estabelecido que isso está resolvido desta forma. No sentido de que se surgir algo parecido fica de acordo com o que foi estabelecido lá atrás. A advogada LARISSA destaca a importância de unificar a nossa forma de falar em relação às atribuições porque houve uma situação do CAU Alagoas que levou uma questão de atribuição também ao STJ, um Recurso Especial e ele não foi sequer recebido. Conversei com a procuradora e perguntei o que aconteceu, porque o relator era exatamente o mesmo, que ela ficou lá esperando até dez horas da noite, para conversar pessoalmente. Ele olhou em seu olho e comentou "tá tudo certo arquitetura é coisa de arquiteto" e eu ali ganhei o meu dia. Então, é um relator que entendeu a nossa tese, e o que foi que aconteceu? Você falou da 1010, você falou da violação da Lei 12378/2010, sim, falei; falei da Resolução 51, falei das diretrizes base, falei da Resolução 1010, então está aí o problema. Temos que

2	**Projeto Prioritário e Coordenador:** **Acompanhamento Legislativo – Maugham Zaze**
	unificar de forma estratégica como levar isso tanto para o município quanto para o Judiciário. Poque senão corremos o risco de colocar por água abaixo um trabalho que foi muito árduo, de formiguinha mesmo, poque levamos chumbo na primeira instância aqui na Justiça Federal, em Porto Alegre no Tribunal e conseguimos reverter, um milagre praticamente, no STJ, foi bastante complicado. Tivemos que ir diversas vezes para Brasília e praticamente madrugar na porta do ministro, então é um trabalho que tem reflexos em todo o Brasil e levar isso seja para os municípios ou pior para o Judiciário que vai criar um precedente de forma adversa é uma responsabilidade muito grande, e por isso a importância de unificar isso a nível nacional mesmo, tanto com o Jurídico, quanto com a Fiscalização, tanto com conselheiros que operam a máquina do CAU, de entenderem a importância de fazer isso. Porque isso pode gerar precedente sim, hoje temos um precedente vigente que é esse que foi conquistado pelo CAU/PR, ele está vigente, ele já transitou em julgado e só não houve a publicação desse trânsito em julgado, mas isso não nos impede de utilizar esse precedente. Nós já estamos utilizando e a |Justiça Federal aqui do Paraná já reconhece, já escreveu num despacho que o STJ já reconheceu que as atribuições estão previstas na Resolução 1010 até que se crie uma nova resolução conjunta entre os Conselhos, que sabemos, vai ser muito difícil de se criar porque envolve muita questão política, envolve um mercado de trabalho que os engenheiros vão perder, porque eles se negam a reconhecer a Resolução 1010. Já expressei numa peça judicial, que não entendo por que o CREA não reconhece uma resolução que foi formada em conjunto, porque eles se negam e eu leio isso, leio os posicionamentos do CREA, ele não reconhece porque é interessante para eles, e enquanto isso os arquitetos vão perdendo mercado de trabalho. Então temos que ter foco até nas nossas ações, penso que essa é uma das nossas prioridades no Conselho nesse momento, porque estamos sucumbindo em relação as atribuições. Precisamos dar uma atenção muito especial, esse é o tema na minha opinião, o tema mais importante neste momento, de conseguirmos fazer o CREA reconhecer e lutar por essa conquista seja em trabalho de formiga entre os municípios com essa ação preventiva ou repressivamente no Judiciário. A assessora parlamentar PAULA complementa que a participação dos conselheiros do interior seria primordial nessa parte de orientação aos municípios. Se conseguíssemos fazer uma força tarefa para que eles visitassem os municípios, as câmaras municipais ou alguma coisa assim seria muito bom, com esta cartilha na mão explicando quem é o CAU, o que faz. Considero que eles são pessoas que entendem o território deles e que sabem falar a mesma língua do pessoal. A advogada LARISSA complementa que sobre a conversa com a LUCIANA do CAU/BR ela comentou que tem sido uma luta solitária e ficou bastante feliz quando soube que agora temos a PAULA aqui no Paraná para auxiliar-nos nas demandas legislativas. Comentou também que lá no congresso o CREA é muito forte. E então considero que precisamos nos fortalecer, isso é um trabalho que nós não podemos estar sozinhos, precisamos de atuação, de conscientização de todas as pessoas. Se temos poucas pessoas todas elas precisam estar conscientizadas, sejam os conselheiros no interior, a importância dos agentes das Câmaras Técnicas como o GUSTAVO falou que tinham esse papel realmente. Todos precisam falar a mesma língua. Nossos soldados são muito poucos, então precisamos nos unir nesse sentido. O conselheiro MAUGHAM comenta que há uma diferença nesse ponto. Comenta que conviveu anos com engenheiros e eles são extremamente pragmáticos e nós divagamos demais e estamos, digamos, numa posição acima dessa mortalidade de bater na porta de alguém e pedir para fazer esse tipo de coisa, nós não nos colocamos nessa posição. Nós nos consideramos deuses do Olimpo e não fazemos esse tipo de coisa. O engenheiro não, ele é pragmático, preciso disso vou atrás disso aqui e nós estamos aqui, são dez anos de Conselho e nós estamos aí cada dia perdendo atribuição, ou seja, ou tomamos uma posição e ocupamos os espaços que deveriam ser nossos, que acreditamos que sejam nossos ou vamos continuar perdendo. Essa questão LARISSA que você fez brilhantemente com o CLÁUDIO de ter esse ganho no STJ, falamos para alguns arquitetos e as pessoas ainda não entendem,

2	**Projeto Prioritário e Coordenador:** **Acompanhamento Legislativo – Maugham Zaze**
	nós não entendemos o processo ainda. Então ou partimos para cima no bom sentido ou eles vão tomar conta do campinho todo, da bola, do jogo. Não tenho nada contra eles especificamente e até acho que devíamos fazer um trabalho conjunto por que de acordo com aquele levantamento que o Conselho fez em 2015 da questão dos 84% de obra no país sem profissional habilitado, o mercado é de fato maior, seis vezes mais daquilo que a gente enxerga. A partir do momento que compreendermos isso daí, acredito que haja espaço para todo mundo, se tornarmos esse mercado palpável para todos. Esse é um mercado hoje que não está na mão de ninguém, está dominado na não de alguém que não faz parte desse jogo aqui. O conselheiro ORMY considera que vieram muitas contribuições importantes para o projeto de Acompanhamento Legislativo e sugere que dentro desta sistematização seria bom, MAUGHAM, conversar com a PAULA, com a LARISSA e pegar alguns dados e informações, até caminhos, para nós estruturarmos isso para de fato sermos produtivos e eficiente nessa pauta, considerando aí o nosso tamanho, mas também, como comentei ali no começo se acharmos que cabe, alguma contratação específica, um grupo, eventualmente como proposta cabe, depois obviamente a gente estuda se o CAU vai conseguir uma reprogramação orçamentária. Mas precisamos pensar num projeto que possa ser viável não só sob o ponto de vista econômico, mas também da operação interna nossa. Por isso que nesse momento podemos abrir, pensar grande, pensar em como atender isso e aí, eventos também podemos considerar, criar como a gente fez com a Resolução 64, chamar as associações de municípios para discutir pontos específicos, ou dentro de uma reunião formal ou dentro de uma reunião aberta com a sociedade podemos ter esses outros canais de atuação dentro desse projeto, e não precisa ser uma coisa muito de gabinete. O conselheiro GUSTAVO lembra que já fez seminários com vereadores, com governanças, daria para chamar outras entidades também, explicar quais são as atribuições do CAU, que nós estamos dispostos a fazer cooperação técnica, de auxiliar, de tudo isso que a gente debateu aqui. Isso aconteceu se não se engana com vereadores, aconteceu com frente de prefeitos que são associações deles e eles tem todo os anos eles mesmos tem como associação seminários de capacitação, ele mesmo foi duas vezes, o de vereadores mas isso porque tínhamos um acordo de cooperação técnica e aí nos chamaram para falar o que era o CAU, o que ele fazia, e foi falado sobre concursos públicos que estavam acontecendo em alguns municípios, de ATHIS, e acredita que é uma forma de também mapear esses seminários que essas associações já fazem, porque eles tem que fazer e aí a gente já aproveita o momento que vai ter um bom número de pessoas, de gestores, ali para apresentarmos o CAU e o que os Arquitetos e Urbanistas fazem. A assessora parlamentar PAULA complementa que este ano estamos em pandemia que muda tudo, mas no ano passado o Governo do Estado organizou em FOZ DO IGUAÇU o Governo 5.0 que foi um evento para apresentar a todos os Municípios, Executivo e Legislativo as ações do Governo do Estado, e cada secretaria tinha o seu *stand*, mostrava seus projetos, e tinham aproximadamente dez mil pessoas em FOZ DO IGUAÇU fora o Legislativo e do Executivo. Esse tipo de evento podemos participar se houver uma nova oportunidade, ter um *stand* do Conselho no evento. Isso podemos negociar facilmente. O conselheiro MAUGHAM comenta que disso não podemos ficar de fora.

3	**Projeto Prioritário e Coordenador:** **ODS e Agenda 2030 – Ormy Leocádio Hutner Junior**
Fonte	CPUA-CAU/PR
Relator	Coordenador Ormy Leocádio Hütner Junior
Encaminhamento	**ODS e AGENDA 2030:** O conselheiro ORMY, coordenador do assunto, explicita que vem desenvolvendo uma série de pesquisas, principalmente de instituições que estão trabalhando no assunto vinculado principalmente ao conceito das cidades. Já entrei em contato com algumas organizações como CIDADE SUSTENTÁVEL e URBINATI que trabalha com conceito de inovação

3	**Projeto Prioritário e Coordenador:** **ODS e Agenda 2030 – Ormy Leocádio Hutner Junior**
	urbana, inclusão da natureza, também o THING NATURE que é um órgão da união europeia que trabalha com projetos baseados na natureza e a própria ONU HABITAT e outras agências da ONU, se houver oportunidade, firmar termos de parcerias técnicas e colocar o Conselho a disposição para trabalhos em conjunto. A assessora parlamentar PAULA complementa que o Governo tem núcleo das ODS instalado dentro do Governo do Estado. Adicionalmente sugere verificar o site EXPODUBAI 2020 que era para ter acontecido no final do ano passado, mas vai ocorrer, possivelmente, em final de 2021. O conselheiro ORMY relata que há uma série de instituições que pretendo entrar em contato para ver se há alguma viabilidade, e aí vou precisar tendo um primeiro contato positivo, acionar tanto o gabinete, a PAULA, mas também a COA. Considero que em termos de parceria técnica acho que passa pela Comissão para que possamos fazer esse trabalho conjunto com eles. Então dentro desse projeto, além dos termos de cooperação técnica com essas instituições para fazer articulação com gestores e aí talvez tenhamos que chegar em algum momento, fazer uma ação coordenada, para concentrar todas essas demandas. Tem a demanda da ATHIS, das questões legislativas de interesse, planos diretores, as questões de riscos e vulnerabilidades que a conselheira RAFAELA vai trabalhar. Se não estruturarmos isso tudo e montarmos uma pauta só com esses representantes para também a cada semana, agora vamos falar de ATHIS, AGENDA 2030, ODS, isso é algo que me ocorreu, como vamos trabalhar com boa parte dos mesmos atores, associação de municípios, governo estadual, as câmaras legislativas, assembleia, se a gente não faz uma ação coordenada para aproveitar uma agenda e tratar toda a pauta. As vezes fazer uma agenda de cooperação técnica também já englobando todas essas parcerias que o CAU pode tratar com eles ao invés de fragmentar aí é uma questão estratégica que podemos discutir para ver o que é melhor. Na gestão passada nós não tínhamos a CPUA e foi aprovado até no orçamento da COA a organização de um encontro CIDADES SUSTENTÁVEIS inclusive com a vinda de um profissional de fora incluindo uma tradução simultânea, era um evento presencial na época mas a princípio tudo leva a crer que não teremos esse evento de forma presencial mas a ideia é que possamos promover um evento com esse foco, acho que hoje se fala muito na questão da sustentabilidade mas também nas cidades pós pandemia e podemos tratar um pouco desse assunto dentro de um evento. Já recebemos um convite da URBINATI que é essa agência localizada na Europa, mas que está com uma agência de observação no Brasil, e haverá um evento aqui no Brasil em AGOSTO, inclusive é intenção deles convidar o CAU para fazer a parte de organização desse evento e eu já encaminhei para o PRESIDENTE, também para o ALISSON algumas questões preliminares. Vão formalizar ainda uma proposta daí as contrapartidas, principalmente para as ações pós-evento. Nós já temos uma atuação com alguns municípios, com a própria ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, aqui eles têm contato com o deputado GOURA, eles estão tendo uma frente parlamentar para cidades sustentáveis não só a nível estadual e municipal. Penso que um dos objetivos desse projeto da CPUA-CAU/PR de uma forma geral é estarmos dentro destas frentes tanto parlamentar, como também do executivo para servirmos de suporte técnico para os gestores para pensarmos em cidades dentro das ODS, dentro da Agenda 2030, verificar os indicadores que precisam ser atendidos fazer esse trabalho de base, não só na ODS-11 que trata das comunidades, cidades sustentáveis, mas podemos contribuir como tratamos da questão urbana e ambiental da questão da ATHIS, pode estar inserido na questão da ODS-3 *saúde e bem-estar, gênero*, questão da ODS-5 comissão de equidade e gênero trabalha muito com isso. ODS-6 *água potável e saneamento*. Então cidades sustentáveis tem um foco em trabalhar com infraestrutura verde, soluções baseadas na natureza. E aí podemos ampliar essa frente incluindo os colegas da engenharia para tratar da questão da energia limpa acessível, redução das desigualdades, então um pouco da ATHIS, ela pode entrar numa coisa muito social dentro desta proposta de atuação da Comissão em outras que nós de alguma forma podemos impactar. Então a ideia de que possamos promover um evento de grande porte no segundo semestre, também ao longo do

3	**Projeto Prioritário e Coordenador:** **ODS e Agenda 2030 – Ormy Leocádio Hutner Junior**
	ano *Lives* como a que fizemos na questão da Resolução CGSIM 64/2020, mas pontuando questões vinculadas ao urbanismo e ao meio ambiente. Nós já colocamos no nosso grupo algumas datas comemorativas para ter isso de uma forma coordenada e a partir daí iniciar. Eu vou elencar nesse projeto as organizações que levantei, e eventualmente, já algum retorno e com a ideia de que apresentaremos esses projetos internamente primeiro, para que todos possam contribuir, complementar, e depois encaminhar para o CONSELHO DIRETOR, para o GABINETE, para a PLENÁRIA para que todos tomem conhecimento. A assessora parlamentar PAULA comenta ser bastante importante o assunto das ODSs e sustentabilidade e considera que vem de encontro com a parte de inovação de tecnologia e melhoria de qualidade de vida, e tem alguns grupos muito envolvidos nisso e com ideias muito diferentes que podem contribuir com o trabalho do CAU. É um assunto que pode dar bons frutos se conseguirmos permear o conceito de ODS em todo o nosso trabalho na CPUA, considero que vale muito a pena investir nisso. O coordenador ORMY complementa que fará contato posteriormente com a assessora PAULA para indicação de potenciais parceiros que possam contribuir com possíveis termos de cooperação. O conselheiro GUSTAVO comenta que com relação ao assunto, a COA-CAU/PR já deliberou por unanimidade pela recomendação à PRESIDÊNCIA do CAU/PR a adesão ao PACTO GLOBAL da ONU e que atualmente há uma série de documentos em fase de preenchimento que compõem o processo preparatório para a adesão. Reforça que todos os 17 objetivos são perfeitamente cabíveis ao Conselho de uma forma ou de outra, e parabeniza pela ideia. A assessora parlamentar PAULA informa que no ano passado o Governo do Estado promoveu um evento onde houve a assinatura da CARTA DE VENEZA a respeito da *infância e adolescência*, e que a equipe da ONU esteve presente e foi um evento muito bom. E frisa mais uma vez que, se nós definirmos os temas de interesse podemos contatar essas pessoas e acionar cooperações técnicas internacionais também. A conselheira LORREINE comenta que existe no Governo do Estado o CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL e que firmou, não saberia dizer através de qual instrumento se foi cooperação, mas o fato é que o Estado tem uma Missão da OCDE aqui e que tem desenvolvido um trabalho em vários sentidos com todas as Secretarias, então isso existe dentro do Governo do Estado, e depois pode passar o local poque tem uma página específica para isso, e que tem feito um trabalho e desenvolvido inclusive esses de cooperação internacional é uma missão e então teríamos que verificar os desdobramentos que não saberia dizer agora, quais os objetivos e desdobramentos depois desta missão. A assessora parlamentar PAULA confirma que realmente há esse NÚCLEO NO GOVERNO DO ESTADO, implantado na SECRETARIA DE PLANEJAMENTO e realmente eles têm trabalhado nisso, e inclusive tem contato com a equipe. E finalizando a reunião, a conselheira CONSTANÇA comenta que o engajamento e as considerações de todos foram ótimas. O conselheiro GUSTAVO parabeniza o trabalho da Comissão e a evolução da discussão dos temas. O coordenador ORMY agradeceu as contribuições e a presença de todos os participantes da reunião.

EXTRA PAUTA

5	Não houve.
Fonte	Não houve.
Relator	Não houve.
Encaminhamento	Não houve.

Curitiba (PR), 26 de março de 2021.

Considerando a autorização do Conselho Diretor, a necessidade de ações cautelosas em defesa da saúde dos membros do Plenário, convidados e colaboradores do Conselho e a implantação de reuniões deliberativas virtuais, **atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas**.

ORMY LEOCADIO HUTNER JUNIOR:88669831104
Assinado de forma digital por ORMY LEOCADIO HUTNER JUNIOR:88669831104
Dados: 2021.04.06 09:13:17 -03'00'

ORMY LEOCÁDIO HUTNER JUNIOR
Coordenador CPUA-CAU/PR

Assinado digitalmente por:
Maria Benedita Honda
Analista Arquiteta e Urbanista

MARIA BENEDITA HONDA
Assistente da CPUA-CAU/PR